



Borba, Pause & Perin - Advogados
Somar experiências para dividir conhecimentos

ANEXO VII

DOSSIÊ TÉCNICO-INSTITUCIONAL

✓ Ementário de Boletins Técnicos Exarados

PARTE 10

51 ANOS
1966-2017



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

1. **2015**

Número	Assunto
01-2015	Principais obrigações municipais do mês de janeiro de 2015.
02-2015	Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Prorrogação do prazo para entrada em vigor, pela Medida Provisória nº 658, de 30 de outubro de 2014, para 360 (trezentos e sessenta) dias. Aprovação, no Senado Federal, da Medida Provisória nº 658/2014 na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 19/2014, acompanhado ainda pela aprovação total ou parcial de 34 emendas a ela sugeridas. Considerações.
03-2015	FUNDEB. Portaria Interministerial nº 17, de 29 de dezembro de 2014, dos Ministérios da Educação e Fazenda, "define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundeb para o exercício de 2015".
04-2015	PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. Vencimento inicial para o ano de 2015 fixado em R\$ 1.917,78. Manifestação do MEC. Ratificação do Boletim Técnico nº 77/2014.
05-2015	Portaria nº 1, de 02 de janeiro de 2015, do Ministério da Saúde, que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014 no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Atualização do elenco de medicamentos de distribuição gratuita pela rede pública de saúde.
06-2015	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2015. Considerações sobre a versão 1.1 disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado e comunicada aos entes jurisdicionados através do Ofício Circular DCF nº 42/2014.
07-2015	Considerações acerca da Portaria MTE nº 10-2015 (DOU de 12-01-2015), que "aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2014".
08-2015	Portaria Interministerial MPS/MF nº 13-2015. Contribuições ao RGPS. Alterações relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do mês de fevereiro de 2015: novo teto, nova tabela de contribuição, novos valores do salário-família e do auxílio-reclusão.
09-2015	Turno único. Recente orientação do TCE que repisa entendimento firmado pelo parecer nº 103/93 da Corte de Contas, em consonância com as Informações Técnicas elaboradas por esta DPM, e que deve ser recebida como indicativo de que passará a objeto de auditoria e apontamento.
10-2015	SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas. Municípios devem enviar até 30 de janeiro de 2015 duas remessas de dados: uma referente às informações do SIAPC (remessa do 6º bimestre de 2014) e uma referente às informações complementares do SIAPC (folha de pagamento do período de 01/01/2014 a 31/12/2014).
11-2015	Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014. Alterações na Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social. Pensão por morte, Auxílio-Doença, Aposentadoria por Invalidez e Auxílio-Reclusão. Considerações preliminares.
12-2015	Considerações acerca da Portaria STN nº 32/2015, que altera a Portaria STN nº 702/2014 para estabelecer as data de descontinuidade do Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação – SISTN: 28 de fevereiro de 2015.
13-2015	Imposto de Renda na Fonte. Esclarecimentos sobre a Tabela progressiva em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.



Delegações de Prefeituras Municipais

Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
14-2015	Resolução CONCLA nº 01 de 17/07/2014 (DOU 21/07/2014). Aprova a estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Subclasses - CNAE Subclasses - versão 2.2 com as alterações introduzidas pela Resolução CONCLA nº 01, de 24/09/2013 (DOU 26/09/2013), com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015.
15-2015	Principais obrigações municipais do mês de fevereiro de 2015.
16-2015	Resolução CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014, que "Altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar".
	Prazo para a publicação do edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar: 6 meses antes do pleito, ou seja, até abril de 2015.
17-2015	Medida Provisória nº 664, de 30 de dezembro de 2014. Alteração do art. 12 da Lei Federal nº 10.666, de 08 maio de 2003. Retirada de prazo para encaminhamento das compensações financeiras junto aos regimes de origem, decorrentes de benefícios em manutenção em 05 de maio de 1999, concedidos a partir de 05 de outubro de 1988.
18-2015	Portaria nº 563, de 26 de dezembro de 2014. Alterações das Portarias MPS/GM nº 204, de 10 de julho 2008, nº 403, de 10 de dezembro de 2008 e nº 402, de 10 de dezembro de 2008. Instituição da obrigatoriedade de remessa da Nota Técnica Atuarial – NTA e fixação de seu prazo. Prorrogação do prazo de encaminhamento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA. Vedação de redução de alíquotas com efeitos retroativos. Regulamentação de regras de parcelamento de débitos juntos ao RPPS.
19-2015	Decisão Normativa nº 142, de 11 de fevereiro de 2015, do Tribunal de Contas da União, que aprova os percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios nos recursos da CIDE-Combustíveis.
20-2015	Cadastro da Dívida Pública - CDP. Envio à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) das informações referentes à dívida pública interna e externa a que se refere o § 4º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Esclarecimentos.
21-2015	Aprovado o novo leiaute do eSocial, versão 2.0. Considerações acerca da Resolução nº 01, de 20 de fevereiro de 2015 (DOU de 24.02.2015), do Comitê Gestor do eSocial. Prazos diferenciados com relação aos servidores públicos.
22-2015	Principais obrigações municipais do mês de março de 2015.
23-2015	Ato Declaratório Executivo nº 07, de 24 de fevereiro de 2015 (DOU de 26.02.2015). Considerações acerca dos procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência (GFIP) com relação à remuneração dos Conselheiros Tutelares.
24-2015	Conversão da Medida Provisória nº 658/2014 na Lei nº 13.102, de 16 de fevereiro de 2015, que altera a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Considerações sobre os convênios em execução na data da entrada em vigor do novo regime jurídico, dia 27 de julho de 2015.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
25-2015	Edição da Resolução nº 291, de 19 de fevereiro de 2015, do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, que revoga o § 3º do art. 1º da Resolução nº 288/2014 do CONSEMA, que determinava a anuência prévia do Estado para os licenciamentos das atividades de impacto local, de competência do Município, nas áreas de preservação permanente.
26-2015	Imposto de Renda na Fonte. Esclarecimentos sobre a Tabela progressiva em vigor a partir de 01 de abril de 2015.
27-2015	Novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Resolução n.º 1028, de 04 de março de 2015, que Aprova o Regimento Interno Tribunal de Contas do Estado.
28-2015	Contribuição Sindical. Obrigatoriedade e forma de seu recolhimento. Posição do STF, que se mantém inalterada. Considerações sobre o cancelamento e repristinação da Instrução Normativa/MTE nº 1/2008, que obriga os servidores públicos a efetuarem a contribuição.
29-2015	Principais obrigações municipais do mês de abril de 2015.
30-2015	Salário mínimo nacional. Medida Provisória n.º 672, de 24/03/2015, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo nacional para o período de 2016 a 2019.
31-2015	Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamenta a Lei nº 12.846, publicada em 2 de agosto de 2013, que Dispõe sobre a responsabilização das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
32-2015	Divulgação do Produto Interno Bruto – PIB de 2014 pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 101/2000, a constatação de baixo crescimento da taxa de variação do PIB no período correspondente aos quatro últimos quadrimestres autoriza a duplicação dos prazos estabelecidos para recondução aos limites de Despesa Total com Pessoal e do montante da Dívida Consolidada Líquida dos entes da Federação, definidos, respectivamente, nos arts. 23 e 31 da referida Lei Complementar.
33-2015	Censo Escolar. Estabelecimento das datas e responsáveis para as duas etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica 2015. As informações prestadas pelos Municípios colaboram para subsidiar a definição de políticas públicas brasileiras de educação, bem como na distribuição de recursos da União para os estados e Municípios. As informações do Censo são usadas, também, para o cálculo do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), indicador de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Considerações.
34-2015	Considerações acerca da Portaria STN nº 199/2015, que institui o Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios - SADIPEM.
35-2015	Sistema de Pagamento de Precatórios. Decisão acerca da modulação dos efeitos do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nos 4.357 e 4.425, que reconheceram a inconstitucionalidade parcial da Emenda Constitucional nº 62/2009, que altera o art. 100 e seus §§ da Constituição da República - CR, bem assim o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
36-2015	Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015, que altera os artigos 25 a 27, 29, 31 e 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
37-2015	Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prazo de realização entre novembro de 2014 e maio de 2015.
38-2015	Principais obrigações municipais do mês de maio de 2015.
39-2015	Plano Nacional da Educação. Lei Federal nº 13.005/2014. Municípios têm até 26 de junho de 2015 para elaborar ou adequar seus Planos Municipais de Educação. Considerações.
40-2015	Conferências Municipais de Saúde. Resolução nº 500, de 12 de fevereiro de 2015, do Conselho Nacional de Saúde. Etapas Municipais entre 09 de abril e 15 de julho de 2015. Entrega do Relatório Final e do resultado da eleição dos delegados até o dia 31 de julho de 2015.
41-2015	Principais obrigações municipais do mês de junho de 2015.
42-2015	RESOLUÇÃO N.º 277/2008, CONTRAN, alterada pela Resolução nº 533/2015 que trata do dispositivo de retenção para o transporte de crianças, de forma a tornar obrigatória a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças nos veículos escolares.
43-2015	Perda de vigência da Medida Provisória n.º 664-2014. Restabelecimento do prazo de 15 dias para encaminhamento dos segurados afastados por doença ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
44-2015	Aposentadoria por tempo de contribuição. Regras de cálculo dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Medida Provisória n.º 676, de 17-06-2015 (DOU de 18-06-2015).
45-2015	Principais obrigações municipais do mês de julho de 2015.
46-2015	Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Considerações acerca da cota-extra decorrente da Emenda Constitucional nº 84/2015.
47-2015	Plano Nacional da Educação. Ofício Circular GP nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que alerta quanto a necessidade de observar as metas do Plano Nacional de Educação assegurando o seu cumprimento através da adequação do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais. Considerações.
48-2015	Portaria nº 812, de 18 de junho de 2015, que regula os procedimentos relativos à celebração, supervisão da execução e análise de prestação de contas de convênios e termos de parceria, colaboração ou fomento, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Considerações.
49-2015	Lei Federal nº 13.137, de 19 de junho de 2015, que alterou a Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Considerações sobre possíveis efeitos dela decorrentes nas retenções de Contribuição Social Sobre o Lucro – CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações das administrações públicas municipais às pessoas jurídicas de direito privado, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral.
50-2015	Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Prorrogação do prazo para entrada em vigor, pela Medida Provisória nº 684, de 21 de julho de 2014, para 23 de janeiro de 2016. Considerações.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
51-2015	Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015. Altera a Lei Federal nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. Vigência a partir de 13 de julho de 2015, conforme data de publicação. Inaplicabilidade aos servidores municipais estatutários.
52-2015	Conversão da Medida Provisória nº 670/2015 na Lei nº 13.149, de 21 de julho de 2015, que altera a Lei nº 11.482/2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.
53-2015	Publicação da Portaria n.º 288, de 30 de junho de 2015, do Ministério da Previdência Social, que alterou a redação do art. 19-B da Portaria MPAS n.º 6.209 – 1999, que regulamenta a compensação financeira entre os regimes previdenciários. Possibilidade de suspensão do repasse do fluxo mensal da compensação financeira entre os regimes previdenciários.
54-2015	Principais obrigações municipais do mês de agosto de 2015.
55-2015	Publicação da Portaria n.º 300, de 03 de julho de 2015, do Ministério da Previdência Social. Alterações das Portarias MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 e nº 204, de 10 de julho 2008. Estabelecimento de regras sobre classificação do RPPS como investidor qualificado ou profissional, definição de parâmetros para o credenciamento de instituições e prorrogação do prazo de envio do DRAA.
56-2015	Portaria STN nº 408, de 31 de julho de 2015, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2016 que Aprova o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2016 (PCASP 2016) e o PCASP Estendido, de adoção facultativa, válido para o exercício de 2016 (PCASP Estendido 2016).
57-2015	Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR). Alerta quanto ao prazo para a apresentação da declaração relativa ao exercício de 2015, que encerra em 30 de setembro.
58-2015	Contribuição previdenciária de 15% (quinze por cento) incidente sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho. Inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Considerações sobre a Solução de Consulta nº 152, da Coordenação-Geral de Tributação (COSIT), da Receita Federal do Brasil (RFB), de 17 de junho de 2015 (D.O.U. 23-06-2015) que suspendeu o recolhimento da contribuição previdenciária de 15% (quinze por cento) incidente sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e determinou a restituição ou compensação dos valores, observado o prazo prescricional.
59-2015	Alteração do Código Civil, pela Lei n.º 13.151, de 28 de julho de 2015, no tocante a finalidade das fundações e prazo para aprovação das suas alterações estatutárias pelo órgão do Ministério Público, bem como alteração de legislação esparsa no tocante a remuneração dos dirigentes das fundações.
60-2015	Publicação da Lei Complementar n.º 151, de 5 de agosto de 2015, que altera a Lei Complementar n.º 148, de 25 de novembro de 2014, que dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dispõe sobre os depósitos judiciais ou administrativo, revogando as Leis n.º 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e n.º 11.429, de 26 de dezembro de 2006.
61-2015	Ofício circular GP nº 23/2015. Informa a publicação da Resolução TCE/RS nº 1033, que versa sobre a ordem cronológica de pagamento dos contratos administrativos firmados com os fornecedores e prestadores de serviços.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
62-2015	Publicação da Lei n.º 13.154, de 30 de julho de 2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Consolidação das Leis do Trabalho.
63-2015	Aposentadoria compulsória dos servidores públicos municipais titulares de cargo e vinculados a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Inaplicabilidade imediata das disposições da Emenda Constitucional nº 88, publicada no DOU de 08/05/2015. Projeto de Lei Complementar do Senado (PLS) nº 274/2015, apresentado para regulamentar a Emenda e aprovado naquela Casa, remetido à Câmara dos Deputados e em tramitação. Considerações.
64-2015	Pedido de Restituição ou Compensação de recolhimento indevido à Previdência Social da contribuição previdenciária de 15% (quinze por cento) incidente sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Orientação quanto aos procedimentos contábeis e orçamentários necessários.
65-2015	16 DE OUTUBRO DE 2015: Prazo final para comprovação de instituição de órgão colegiado de controle social, exigido pelo art.º 34 do Decreto Federal n.º 7.212/2010, pelos titulares de serviços públicos de saneamento básico, que estejam em processo de celebração de instrumentos de repasses financeiros com a FUNASA para execução de ações de saneamento, conforme Portaria FUNASA n.º 556, de 10 de agosto de 2015.
66-2015	Considerações sobre a Lei n.º 13.129, de 26 de maio de 2015, que altera a Lei n.º 9.307, de 23 de setembro para 1996, para incluir expressamente a administração pública direta e indireta como pessoa capaz de valer-se de arbitragem para dirimir conflitos patrimoniais disponíveis, entre outras medidas; e considerações sobre a Lei n.º 13.140, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.
67-2015	Principais obrigações municipais do mês de setembro de 2015.
68-2015	Portaria Interministerial nº 05, de 25 de agosto de 2015, que altera o anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.
69-2015	Considerações acerca da Portaria nº 403, de 08 de setembro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que dispõe sobre o cadastramento, naquele órgão, dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prazo: 25/10/2015.
70-2015	Aprovado o novo leiaute do eSocial, versão 2.1. Considerações acerca da Resolução nº 02, de 03 de julho de 2015 (DOU de 07.07.2015), do Comitê Gestor do eSocial. Atualizado Formulário de Atualização Cadastral dos Servidores.
71-2015	Conselhos Escolares e Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Para fins de construção do Diagnóstico e do Plano Integrado junto ao PDDE Interativo, bem como para a percepção dos recursos do programa, inexistente, até o presente momento, a obrigação de instituir os Conselhos Escolares.
72-2015	Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF). Aprovadas as regras para a apresentação da declaração e respectivo programa gerador das informações relativas ao ano calendário de 2015.
73-2015	Censo SUAS. Preenchimento das informações sobre o censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cronograma.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
74-2015	Procedimentos a serem adotados pela Administração Municipal para a implementação da Lei Federal nº 13.019/2014, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999". Considerações.
75-2015	Remanejamento e Reprogramação de Recursos da Saúde. Portaria GM/MS nº 1073/15 e Resolução CIB/RS nº 213/15, que dispõem sobre a reprogramação e o remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento do SUS, de saldos existentes em 31 de dezembro de 2014. Atenção ao prazo para o encaminhamento do plano de aplicação, já que este deve ser aprovado na CIR e na CIB em até 90 dias depois da publicação das normativas.
76-2015	Publicação da Lei n.º 13.160, de 25 de agosto de 2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978.
77-2015	Principais obrigações municipais do mês de outubro de 2015.
78-2015	Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015: Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.
79-2015	Assistência financeira complementar (AFC) para cumprimento do piso salarial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE). Incentivo financeiro para fortalecimentos das políticas afetas à atuação dos ACS. Lei Federal nº 12.994/2014 (que altera a Lei 11.650/2006), Decreto nº 8.474/2015, Portaria GM/MS nº 1.024/2015, Portaria GM/MS 1.025/2015 e Portaria GM/MS nº 1.243/2015. Valores e critérios de repasse.
80-2015	Portaria nº 1.616, de 30 de setembro de 2015 do Ministério da Saúde. Atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde.
81-2015	Lei Federal nº 13.166 de 1º de outubro de 2015. Concessão de auxílio financeiro aos Municípios.
82-2015	Portaria nº 1.645, de 2 de outubro de 2015. 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).
83-2015	Fator Acidentário de Prevenção – FAP. Divulgação do resultado para o ano de 2016. Prazos para contestação e para desbloqueio do FAP inferior a 1,0000. Portaria Interministerial MPS/MF nº 432, de 29/09/2015, publicada no DOU de 30/09/2015.
84-2015	Censo Escolar. Municípios terão 30 dias a contar de 5 de outubro de 2015 para conferência e retificação dos dados, ou seja, 4 de novembro de 2015.
85-2015	Publicação do Decreto n.º 8.538/2015, que regulamenta o disposto nos arts. 42 a 47 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, na redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e que revoga o Decreto n.º 6.204/2007.
86-2015	Principais obrigações municipais do mês de novembro de 2015.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
87-2015	Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Prorrogação do prazo para entrada em vigor, pela Medida Provisória nº 684, de 21 de julho de 2015, para 540 (quinhentos e quarenta) dias. Aprovação, pela Câmara dos Deputados Federais, da Medida Provisória nº 684/2015, na forma de Projeto de Lei de Conversão nº 21/2015, com remessa ao Senado Federal, para apreciação. Apresentação de 152 (cento e cinquenta e duas) emendas, para alteração substancial da Lei nº 13.019/2014. Considerações.
88-2015	PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. Valor projetado para o ano de 2016, considerando o valor aluno FUNDEB estimado de 2015. Inclusão de dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual. Considerações.
89-2015	Publicada a Portaria n.º 98, da Secretaria da Fazenda, que divulga os índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2016.
90-2015	Mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 606358, com repercussão geral reconhecida, acerca da exclusão, para fins de apuração do cumprimento do teto remuneratório, das vantagens pessoais do servidor, ainda que adquiridas antes da EC nº 41/2003. Considerações.
91-2015	Considerações acerca da vinculação previdenciária e da natureza jurídica dos Conselheiros Tutelares a partir da Lei Federal nº 12.696/12. Esclarecimentos sobre a concessão de benefícios previdenciários e o recolhimento de FGTS.
92-2015	Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa Idosa, de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos. Alteração da data da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.
93-2015	Resolução nº 1050/2015 do Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS, que dispõe sobre o envio e a disponibilização, por meio do Sistema de Licitações e Contratos – LicitaCon, de dados, informações e documentos relativos a licitações e contratos administrativos dos poderes, órgãos e entidades jurisdicionados do referido órgão de controle. Lançamento do LicitaCon em 1º/12/2015, de observância obrigatória a partir de 02/05/2016. Considerações.
94-2015	Principais obrigações municipais do mês de dezembro de 2015.
95-2015	RESOLUÇÃO N.º 562 de 25 de novembro de 2015, CONTRAN, altera o prazo estabelecido pela Resolução nº 533/2015 que trata do dispositivo de retenção para o transporte de crianças, de forma a tornar obrigatória a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças nos veículos escolares.
96-2015	08 DE DEZEMBRO DE 2015: Prazo final para candidatura do Município ao Programa de Cooperação Técnica da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA –, visando o recebimento de capacitação e auxílio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB –, conforme Portaria FUNASA n.º 78, de 20 de novembro de 2015.
	30 DE DEZEMBRO DE 2015: Prazo final para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB –, conforme art. 26, §2º, do Decreto n.º 7.217, de 21 de junho de 2010, período após o qual a existência de PMSB será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, destinados a serviços de saneamento básico.



Delegações de Prefeituras Municipais

Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
97-2015	Eleições Municipais de outubro de 2016. Resolução nº 23.450, de 10 de novembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que fixa o Calendário Eleitoral.
98-2015	Aposentadoria Compulsória. Regulamentação do art. 40, § 1º, II, da Constituição da República. Edição da Lei Complementar n.º 152, de 03/12/2015, publicada no DOU de 04122015.
99-2015	Percepção de honorários advocatícios aos advogados públicos. Evolução e controvérsias sobre o tema. Novo Código de Processo Civil. Considerações.
100-2015	Horários Diferenciados em Janeiro e Fevereiro de 2016 na Justiça Estadual. Recesso forense e suspensão de prazos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
101-2015	Concurso Público. Direito Subjetivo à nomeação. Considerações sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF no Recurso Extraordinário nº 837.311. Obrigação da administração em nomear candidatos aprovados fora do número de vagas do edital quando comprovada a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração no momento em que surgirem novas vagas ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior. Fixação da tese de repercussão geral no Recurso Extraordinário.
102-2015	Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que altera a Lei nº 13.019/2014, estabelecendo o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, dentre outras providências. Sanção presidencial do Projeto de Lei de Conversão nº 21/2015, aprovado no Congresso Nacional por ocasião da conversão da Medida Provisória nº 684, de 21 de julho de 2015. Prorrogação da entrada em vigor do novo regime para os Municípios para 1º de janeiro de 2017. Considerações.
103-2015	Principais obrigações municipais do mês de JANEIRO de 2016.



2. 2016 (até 11/07)

Número	Assunto
1-2016	Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de 2015. Alteração das regras de desapropriação por utilidade pública, previstas no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para estimular o investimento privado em infraestrutura no país, atualizando os procedimentos regrados pela legislação, conferindo maior segurança jurídica e celeridade aos processos de desapropriação. Alterações correlatas na Lei nº 6.015/1973 (que dispõe sobre os registros públicos), na Lei nº 10.406/2002 (que instituiu o Código Civil), na Lei nº 9.514/1997 (que regulamenta o Sistema Financeiro Imobiliário) e na Lei nº 6.766/1979 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano). Considerações.
2-2016	Imposto de Renda na Fonte. Esclarecimentos sobre a Tabela progressiva em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016.
3-2016	Publicado o Decreto Federal nº 8.618, de 29-12-2015 (DOU de 30-12-2015), que fixa os valores mensal, diário e horário do salário-mínimo a partir de 1º de janeiro de 2016.
4-2016	Resolução nº 1052/2015, do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre prazos, documentos e informações que deverão ser entregues em formato eletrônico, para exame dos processos de contas de governo e de gestão da esfera municipal.
5-2016	Lei Federal nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015. Altera a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Vigência a partir de 30 de dezembro de 2015.
6-2016	31 DE DEZEMBRO DE 2017: Prorrogado o prazo final para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB –, conforme art. 26, §2º, do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, período após o qual a existência de PMSB será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, destinados a serviços de saneamento básico.
7-2016	Reprogramação dos valores do PDDE. Resolução CD/FNDE/MEC nº 16, de 9 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a transferência de recursos e a utilização de saldos nas contas bancárias para fins de cálculo dos valores a serem transferidos às escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola.
8-2016	Elaboração e Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal de forma consolidada. Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
9-2016	SIAPES Web. As contratações temporárias por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição da República, ocorridas a partir do dia 1º de novembro de 2015 deverão ser informadas ao TCE-RS através do SIAPES WEB, bimestralmente. Para os órgãos municipais com entrega semestral (câmaras municipais e administrações indiretas, exceto de Porto Alegre), o SIAPES WEB deverá ser utilizado para as contratações temporárias efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2016.
	Resolução TCE nº 1.051/2015. Nova normativa que trata sobre a remessa, em meio digital, dos dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro, e dos atos administrativos derivados de pessoal que os responsáveis pelos órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios devem fazer ao Tribunal de Contas do Estado. Considerações.



Delegações de Prefeituras Municipais

Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
10-2016	Considerações acerca da Portaria MTE nº 269, de 29 de dezembro de 2015 (DOU de 30-12-2015), que “aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2015”.
11-2016	Portaria Interministerial nº MTPS/MF nº 1, de 08/01/2016. Contribuições ao RGPS. Alterações relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir do mês de janeiro de 2016: novo teto, nova tabela de contribuição, novos valores do salário-família e do auxílio-reclusão.
12-2016	Considerações sobre a Resolução nº 1.445, de 26 de julho de 2013, do Conselho Federal de Contabilidade, quantos aos procedimentos a serem observados pelos profissionais e Organizações Contábeis, com vistas ao cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998.
13-2016	Decreto Estadual n.º 52.701/2015, que institui o Programa Estadual de Estímulo à Limpeza e Desassoreamento dos corpos hídricos superficiais de dominialidade do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de reduzir os danos causados por cheias e enchentes. Considerações sobre os instrumentos e instruções de adesão municipal.
14-2016	Considerações acerca da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015 que estabelece novo regimento para a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF. Alerta quanto às modificações introduzidas pelo § 7º do seu art. 6º, relativamente aos valores do Imposto de Renda Retido na Fonte, com potencial de causar significativo impacto negativo na arrecadação dos Municípios.
15-2016	PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. Vencimento inicial para o ano de 2016 fixado em R\$ 2.135,64. Manifestação do MEC. Ratificação do Boletim Técnico nº 88/2015.
16-2016	Encerramento do exercício financeiro de 2015. Informações a serem fornecidas ao Tribunal de Contas do Estado sobre eventuais perdas de receitas causadas pela redução de transferências constitucionais, para fins de análise dos processos de prestação de contas de governo e de contas de gestão.
17-2016	Efeitos da modulação de efeitos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, para o fim de dar sobrevida ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, pelo prazo de 5 exercícios financeiros, contados do dia 1º de janeiro de 2016. E-mail encaminhado pelo Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul informando os valores anuais e mensais devidos pelos Municípios já em 2016. Necessidade de adequação orçamentária, ante a elevação do valor mensal, correspondente a 1/12 da parcela anual. Considerações.
18-2016	SIAPES. Publicada a Instrução nº 3/2016 pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, regulamentando a Resolução nº 1.051/2015. Periodicidade para envio das informações para o TCE. Considerações.
19-2016	Relatório de Gestão Fiscal. Demonstrativo das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo. Considerações acerca dos efeitos do Parecer Coletivo nº 03/2002, do Tribunal de Contas do Estado, quanto a possibilidade de exclusão dos valores concernentes à revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição da República.
20-2016	Alterações no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – EOAB –, a Lei Federal n.º 8.906/1994, promovidas pelas Leis Federais n.º 13.245 e n.º 13.247, ambas do dia 12 de janeiro de 2016. Destaque para a nova redação do art. 7º, inciso XIV, XXI, e §§ 10 a 12 do EOAB. Considerações.
21-2016	Principais obrigações do mês de FEVEREIRO de 2016.
22-2016	Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em âmbito municipal. Considerações sobre o material denominado “Orientação aos Municípios sobre regulamentação do SUAS”, elaborado em novembro de 2014 pela Coordenação-Geral de Regulação da Gestão do SUAS, vinculada ao Departamento de Gestão do SUAS, da Secretaria Nacional de Assistência Social.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
23-2016	Ausência de expediente e suspensão de prazos processuais no dia 1º/02/2016 na Justiça Estadual, em Primeiro e Segundo Grau, na Subseção da Justiça Federal em Porto Alegre e no Tribunal Regional da 4ª Região. Consequências da tempestade ocorrida em 29/01/2016 em Porto Alegre.
24-2016	Cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que regulamenta a matéria quanto às transferências fundo a fundo, determinando que os recursos federais passam a ser organizados e transferidos por Blocos de Financiamento. Considerações.
25-2016	Medida Provisória nº 712, de 19 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.
26-2016	Orientações e disponibilização de modelo a respeito da regulamentação da observância da ordem cronológica de pagamentos, em conformidade com o determinado pela Resolução TCE/RS n.º 1.033/2015.
27-2016	Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015, que altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, (Lei Anticorrupção) para dispor sobre acordos de leniência, e altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
28-2016	Lei Federal nº 12.243, de 11 de janeiro de 2016, que altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, (Lei do Regime Diferenciado de Contratações - RDC) e a Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).
29-2016	Utilização de percentual dos depósitos judiciais e administrativos pelos Municípios. Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e Ato da Presidência do Tribunal de Justiça nº 55, de 11 de dezembro de 2015. Procedimentos. Minuta de Decreto regulamentador.
30-2016	Decreto Federal nº 8.662, de 1º de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> , no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .
31-2016	Principais obrigações do mês de MARÇO de 2016.
32-2016	Retenção de Imposto de Renda na Fonte. Orientação quanto aos procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta dos Municípios, para fins de atendimento da Solução de Consulta COSIT nº 166/2015 e da Instrução Normativa RFB nº 1.599/2015.
33-2016	Disponibilização ao Poder Legislativo de modelo de Resolução para regulamentação da observância da ordem cronológica de pagamentos, em conformidade com o determinado pela Resolução TCE/RS n.º 1.033/2015.
33-2016	Disponibilização ao Poder Legislativo de modelo de Resolução para regulamentação da observância da ordem cronológica de pagamentos, em conformidade com o determinado pela Resolução TCE/RS n.º 1.033/2015.
34-2016	Contribuição Sindical. Obrigatoriedade e forma de seu recolhimento. Posição do STF, que se mantém inalterada. Considerações sobre o cancelamento e repristinação da Instrução Normativa/MTE nº 1/2008, que obriga os servidores públicos a efetuarem a contribuição, pela Instrução Normativa MTPS nº 01/2015.
35-2016	Censo Escolar. Prazo para preenchimento dos dados: 29 de julho de 2016. As informações prestadas pelos Municípios garantem o gerenciamento, pelo MEC, dos programas FUNDEB, Alimentação Escola, distribuição de livros didáticos, Dinheiro Direto na Escola, Mais Educação, além da aplicação da Prova Brasil. Considerações.
36-2016	Novo Código de Processo Civil. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Entrada em vigor em 18 de março de 2016.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
37-2016	EXAME TOXICOLÓGICO. 1. Condutores habilitados nas categorias C, D e E deverão se submeter a exames toxicológicos para habilitação e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148-A da Lei Federal nº 9.503/97 e Deliberação nº 145/2015 do CONTRAN). 2. Motoristas profissionais celetistas. Obrigatoriedade de serem submetidos a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias no momento da admissão e no desligamento (art. 168, § 6º e § 7º da CLT e Portaria 116/2016 do MTPS). 3. Vigência das normativas: 2 de março de 2016. Aplicabilidade aos servidores públicos. Considerações.
38-2016	Novo Código de Processo Civil. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Em vigor desde 18 de março de 2016. Quadro comparativo com algumas das principais modificações.
39-2016	EXAME TOXICOLÓGICO. Resolução CONTRAN nº 583/2016 alterou a Resolução nº 425/2012 e referendou a Deliberação nº 145/2015. Ratificação da data de 02 de março de 2016 como início da exigência de exame toxicológico para habilitação, renovação ou mudança das categorias C, D e E. Considerações.
40-2016	Prorrogação da Licença-Paternidade e ampliações de direitos na CLT. 1. A Lei Federal nº 13.257/2016 assegurou às empresas participantes do Programa Empresa Cidadã a prorrogação da licença-paternidade no prazo de 15 dias, além dos 5 dias previstos constitucionalmente. Possibilidade (e não obrigatoriedade) de estender tal benefício aos servidores públicos mediante a edição de lei específica, pautado nos critérios de conveniência, oportunidade e na análise do interesse público. 2. Ampliação das concessões previstas no art. 473 da CLT. Aplicabilidade direta aos servidores celetistas. Considerações.
41-2016	Principais obrigações do mês de ABRIL de 2016.
42-2016	Portaria Interministerial nº MTPS/MF nº 360, de 30/03/2016. Alterações na Portaria MPS/GM n.º 204, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, estabelecendo a prorrogação do prazo do encaminhamento à SPPS do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, de 2016.
43-2016	Súmula Vinculante nº 52. É vedada a cobrança de IPTU sobre imóveis pertencentes às entidades mencionadas na alínea c) do inciso VI do art. 150 da CR, ainda que locados a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja direcionado para as finalidades essenciais para as quais foram constituídas. Terrenos baldios e imóveis ociosos não atendem estes requisitos e podem ser tributados. Precedentes do STF, TJ/RS e Informações Técnicas desta DPM-RS. Considerações.
44-2016	Resolução nº 203, de 15/03/2016, do Tribunal Superior do Trabalho que “Edita a Instrução Normativa nº 39, que dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.”
45-2016	LicitaCon: Aspectos relevantes obtidos no treinamento realizado junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS.
46-2016	Lei Complementar Federal nº 154, de 18 de abril de 2016. Possibilidade de o Microempresário eleger sua residência como sede do estabelecimento, desde que não exerça atividade-fim. Considerações.
47-2016	Principais obrigações do mês de MAIO de 2016.
48-2016	EXAME PSICOTÉCNICO PARA PROVIMENTO A CARGO PÚBLICO. Súmula Vinculante nº 44 do Supremo Tribunal Federal. Possibilidade de realizar exames psicotécnicos como etapa do concurso público ou como exame admissional, desde que assim esteja estabelecido pela lei local e os critérios de avaliação sejam objetivos. Considerações.
49-2016	LicitaCon: Orientação do TCE/RS para o cadastramento dos contratos celebrados sem prévia licitação ou procedimento de contratação direta, que, em que pese irregulares, se vigentes em 02.05.2016, deverão ser cadastrados no sistema.



Delegações de Prefeituras Municipais

Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
50-2016	LicitaCon: Publicada a Instrução Normativa nº 06/2016, que dispõe sobre os prazos e demais regras técnicas relativas à alimentação do Sistema de Licitações e Contratos – LicitaCon pelos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
51-2016	LicitaCon: Orientação do TCE/RS para o cadastramento dos termos aditivos e esclarecimento quanto a nova versão do sistema que, provavelmente, tornará obrigatório o envio das atas de registro de preços.
52-2016	ALTERAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Lei Federal nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Alterou o § 6º, do art. 26 da Lei Federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do ensino da arte, constituindo componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica. Prazo de cinco anos, a contar da entrada em vigor da Lei, para que os sistemas de ensino implantem as mudanças previstas. Considerações.
53-2016	Considerações acerca das lideranças de Bancadas em face da mudança de partidos por parlamentares no período de “janela partidária”.
54-2016	CONAE 2018. Publicado o Decreto que convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação. Conferências municipais ou intermunicipais devem ser realizadas no primeiro semestre de 2017 e organizadas pelo Fórum Permanente de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação. Considerações.
55-2016	POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Publicado o Decreto nº 8.752/2016 em atendimento às Metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação. Considerações.
56-2016	EXAME TOXICOLÓGICO. Motoristas das categorias C, D e E. Isenção da taxa. Análise da Lei do Estado do Rio Grande do Sul nº 8.109/1985. Considerações.
57-2016	Consórcios Públicos. Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016 (DOU de 17/5/2016), que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.
58-2016	Portaria nº 113/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Prazos para transferência dos saldos de contas anteriores à publicação da normativa para as novas contas, para preenchimento do Plano de Ação e para parecer do Conselho de Assistência Social no Demonstrativo Sintético de 2015.
59-2016	Publicada a Portaria CONSEMA nº 314, de 16 de maio de 2016, que define outras atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental em que permitidas a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente – APP –, em conformidade com o art. 3º, inciso X, alínea a, combinado com o art. 8º, ambos do Código Florestal, a Lei Nacional nº 12.651/2012.
60-2016	Publicada Resolução CONSEMA nº 315, de 16 de maio de 2016, que estabelece critérios técnicos para o licenciamento ambiental da atividade de produção de carvão vegetal em fornos.
61-2016	Súmula Vinculante nº 50. Não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal a alteração de data ou prazo para recolhimento da obrigação tributária. Possibilidade, inclusive, de fixar a data mediante ato do Poder Executivo, desde que o Código Tributário Municipal assim autorize, respeitado o princípio da hierarquia das normas. Precedentes do STF. Considerações.
62-2016	Resolução CGSN nº 36, de 02 de maio de 2016. Procedimento de cancelamento de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI inadimplente. Considerações.
63-2016	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.
64-2016	O Novo Código de Processo Civil e os Juizados Especiais. Aplicação do art. 219 do NCPC. Contagem de prazos em dias úteis. Orientações diversas.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
65-2016	Principais obrigações do mês de JUNHO de 2016.
66-2016	Instrução Normativa RFB nº 1.646, de 30 de maio de 2016 que altera as regras para o preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF. Reiteração de alerta quanto à alteração da redação do § 7º do art. 6º da IN RFB nº 1.599/2015, relativamente aos valores retidos do Imposto de Renda.
67-2016	Conferências Municipais das Cidades. Publicada a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho das Cidades, que “Aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades”. Prazo para convocação das Conferências Municipais.
68-2016	Ato Declaratório Executivo nº 3, de 31 de maio de 2016. Nova versão do Programa de Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração De Compensação (PER/DCOMP).
69-2016	ENSINO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução nº 2, de 10 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica – CNE/CEB. Definiu as diretrizes nacionais destinadas à operacionalização do ensino da Música na Educação Básica, em cumprimento à Lei Federal nº 11.769/2008. Considerações.
70-2016	Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR). Alerta quanto ao prazo para a apresentação da declaração relativa ao exercício de 2016, que encerra em 30 de setembro.
71-2016	SERVIÇO VOLUNTÁRIO. Lei Federal nº 13.297, de 16 de junho de 2016. Alterou o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Considerações.
72-2016	Reconhecida repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 949.297 que trata do limite da coisa julgada em âmbito tributário, na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão judicial transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, declarado constitucional na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade exercido pelo STF. Matéria já analisada por esta consultoria através das Informações Técnicas nos 360/2014, 941/2013 e 1696/2012, que tratam da possibilidade de cobrança do ISS sobre serviços notariais e registrares, mesmo nos casos em que há decisão transitada em julgado que afasta a relação jurídico-tributária. Precedentes da Corte local no mesmo sentido. Inteligência do art. 505, inciso I, do Código de Processo Civil – CPC. Considerações.
73-2016	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Divulgada, para consulta pública e coleta de sugestões, a minuta da Parte IV, que trata do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a vigor no exercício financeiro de 2017. Prazo para envio de sugestões: 31 de julho de 2016.
74-2016	Prorrogado o prazo para adesão aos Programas de Regularização Ambiental, para as pequenas propriedades e posses rurais, até o dia 5 de maio de 2017, conforme Medida Provisória nº 724, de 4 de maio de 2016. Prorrogado o prazo para a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR – das propriedades ou posses rurais para o dia 31 de dezembro de 2017, conforme Lei nº 13.295, de 14 de junho de 2016. Considerações sobre a responsabilidade do Município em prestar apoio técnico e jurídico aos particulares para a realização desse cadastramento.
75-2016	Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC nº 10, da Secretaria do Tesouro Nacional. Orientação aos profissionais de contabilidade quanto à forma de contabilização dos consórcios públicos, em conformidade com a regulamentação da Portaria STN nº 274/2016 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.



Delegações de Prefeituras Municipais
Somar experiências para dividir conhecimentos

Número	Assunto
76-2016	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, para fins consulta pública e coleta de sugestões, a minuta da Parte V, que trata Das Demonstrações Aplicadas ao Setor Público – DCASP, a vigor no exercício financeiro de 2017. Prazo para envio de sugestões: 31 de julho de 2016.
77-2016	Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.
78-2016	Ondulação transversal (lombada física). Publicada a Resolução CONTRAN nº 600/2016, que “Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública”.
79-2016	A fixação dos subsídios dos agentes políticos se dá através de lei de iniciativa privativa do Legislativo, portanto, inviável apresentação de projeto de lei de iniciativa popular com essa finalidade. As leis de fixação dos subsídios dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, para a legislatura 2017/2020 devem, necessariamente, estar com os respectivos processos de formação concluídos antes do pleito eleitoral e, por cautela, sobretudo no caso de majoração dos valores praticados na atual legislatura, ainda antes dos últimos 180 dias do último ano do mandato, período que se inicia em 5 de julho de 2016. As leis de fixação e alteração dos subsídios dos Secretários Municipais, em que pese não clausuradas pelo princípio da anterioridade, também devem, por cautela, sobretudo no caso de majoração dos valores praticados na atual legislatura, se editadas neste ano de 2016, estar com os respectivos processos de formação concluídos antes dos últimos 180 dias do último ano do mandato e antes do período vedado pela legislação eleitoral, 2 de julho de 2016. Recomendação de instrução dos projetos respectivos com as estimativas de impacto orçamentário e financeiro exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerações acerca da inclusão de previsão de direito ao pagamento do terço de férias ao Prefeito e Vice-Prefeito e Secretários, assim como de pagamento da gratificação natalina ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores nas leis respectivas de fixação dos subsídios para a próxima legislatura.
80-2016	Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016, que aprova a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, que entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2017.
81-2016	ESocial. Consulta Qualificação Cadastral em Lote. Aplicativo para identificar inconsistências cadastrais. Disponível no site do eSocial na internet. Considerações.
82-2016	Principais obrigações do mês de JULHO de 2016.
83-2016	Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016. Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei no 6.437, de 20 de agosto de 1977
84-2016	Portaria Interministerial STN/SOF nº 05/2015. Divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional, para fins consulta pública e coleta de sugestões, a minuta da nova estrutura de codificação da Receita Orçamentária. Prazo para envio de sugestões: 30 de agosto de 2016.